

Apresentação

*Sonia Siqueira*¹

*Carlos André Cavalcanti*²

*Alécio Nunes Fernandes*³

Dois séculos nos separam do momento em que a Inquisição foi oficialmente extinta em Portugal, por decreto das cortes constituintes, em 1821. A derrocada do Tribunal marca também, de forma vincada, o modo como seriam construídas a memória e a história do Santo Ofício português, influenciando decisivamente a cultura histórica e o seu imaginário. Para além de celebrar os 200 anos de extinção do Tribunal, agora é o momento de debater e de se fazer um balanço da vasta produção historiográfica que versa, direta ou indiretamente, sobre a instituição.

A proposta deste dossiê é refletir sobre os quase três séculos de funcionamento da Inquisição em Portugal e em seus domínios, discutindo as imagens que a historiografia tem produzido a respeito do Santo Ofício. Além disso, à luz das Ciência(as) e da História da(s) Religião(ões), também percebemos como inovadores os estudos que debatem a relação entre intolerância religiosa, fenômeno e espiritualidades.

Data simbólica, o bicentenário da extinção do Santo Ofício português tem sido motivo de celebração para a historiografia que se dedica aos estudos sobre a instituição. É inegável o quanto a produção historiográfica tem se beneficiado da empolgação que acometeu historiadoras e historiadores – seja no Brasil, em

¹ Professora aposentada do Departamento de História da USP. Sócia do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

² Professor Doutor do Departamento de Ciências das Religiões e do Programa de Ciências das Religiões da UFPB.

³ Doutor em História pela UnB e professor colaborador do Programa de Estudos Medievais da UnB.

Portugal e mesmo em outros países – em torno dos debates ensejados por tal data. Comprovam-no a profusão de importantes dossiês e de eventos *online* a que assistimos recentemente no ano de 2021 – se é que podemos ver um ponto positivo na epidemia de Covid 19 que ainda atravessamos, não há dúvida de que a vontade de estarmos juntos de nossas/nossos colegas de ofício, ainda que remotamente, contribuiu sobremaneira para essa profícua produção intelectual. E não nos referimos tão somente a números. A qualidade e a variedade dos trabalhos decorrentes das celebrações do bicentenário são prova do vigor e do interesse das historiadoras e dos historiadores em revisitar temas já consagrados da historiografia, oferecendo novas e instigantes interpretações históricas, novos futuros para o passado e para a história da Inquisição portuguesa.

História das vítimas, da instituição, dos agentes inquisitoriais, da relação do Santo Ofício com outros poderes: é bastante perceptível, já há alguns anos, uma tendência de maior abertura das historiadoras e dos historiadores para temas até então pouco visitados pela investigação histórica. Em alguma medida, os textos presentes neste dossiê confirmam esta tendência, dada a diversidade de temas abordados.

O primeiro texto de nosso dossiê é sintomático dessa abertura da historiografia que reflete sobre a problemática inquisitorial para novas interpretações históricas. Isabela Corby propõe interessante discussão histórico-jurídica ao revisitar o processo de Luzia Soares, já bem conhecido dos historiadores. Tal tipo de abordagem, pouco comum entre estudiosos brasileiros e portugueses, demonstra o quão profícuo pode ser o diálogo entre história e direito.

Em chave institucional, Afrânio Carneiro Jácome analisa as particularidades de um período conturbado da história do Santo Ofício português, ao qual historiadores como José Pedro Paiva e Giuseppe Marcocci chamaram de “Inquisição barroca”. Dentre outras contribuições, Afrânio Jácome

reflete sobre como o Tribunal procurou assegurar sua independência frente à monarquia e ao papado, bem como buscou alargar seu poder político frente a outras instituições portuguesas.

Por meio da análise de confissões e denúncias da visitação ao Grão Pará, relacionadas especificamente a práticas mágicas, Andreia Suris e Eduardo Cristiano Hass da Silva se propõem a adentrar o universo do cotidiano da sociedade colonial, procurando destacar parte dos anseios e conflitos vividos sobretudo por mulheres que estavam à margem do tecido social, mas que nem por isso deixavam de ser alvo da Inquisição. Para os autores, as práticas mágicas que tinham mulheres como protagonistas constituíam um meio de resistência e subversão da ordem patriarcal na qual essas mulheres estavam inseridas, bem como uma forma de ajuste à realidade social a que elas pertenciam.

Em sentido em alguma medida semelhante, Anderson Cordeiro Moura reflete sobre como o simples ato de cozinhar poderia constituir uma expressão de resistência para sefarditas radicados no Brasil ao longo dos séculos XVI e XVII. Valendo-se de fontes primárias produzidas nas duas primeiras visitas do Santo Ofício ao Brasil, Anderson Moura destaca a importância das práticas alimentares para a manutenção do criptojudaísmo em terras brasílicas, bem como discute o significado simbólico de tais práticas.

Jamerson Marques da Silva e Bartira Ferraz Barbosa tratam de um importante aspecto da ação inquisitorial para o qual ainda existem poucos trabalhos, a saber, a censura intelectual e literária conduzida pela Inquisição no império português. Dentre outras questões, os autores analisam as interações e colaborações do Santo Ofício com outras instituições, como as universidades, que acabaram por reforçar o peso do Tribunal em matéria de censura.

Com a atenção voltada ao tribunal inquisitorial de Goa, Luiza Tonon da Silva reflete sobre o quanto a história do Santo Ofício português reverbera ainda em nossa atualidade, mais especificamente, no que se refere às disputas de

memória. A autora busca compreender as narrativas criadas na atualidade sobre a existência do tribunal goense, bem como suas implicações políticas, relacionadas com determinadas identidades e discursos.

Valendo-se da farta documentação produzida nas duas primeiras visitas do Santo Ofício ao Brasil, José Runivaldo Marques Pascoal e Carlos André Cavalcanti analisam a construção da imagética inquisitorial pelos agentes do Tribunal. Dentre outras questões, os autores discutem o quanto o universo teatral e imagético que envolvia as solenidades públicas das duas primeiras visitas acabou por se tornar fator decisivo para determinar o alto número de homens e mulheres que compareceram à presença dos visitantes.

Por fim, fechando com chave de ouro, temos a entrevista do Professor José Pedro Paiva, reconhecidamente um dos maiores especialistas em história da Igreja e história da Inquisição portuguesa de nossa atualidade. Na entrevista, além de discutir importantes aspectos da história do Santo Ofício, José Pedro Paiva tece algumas considerações sobre a historiografia que versa sobre o tema.